

ANÁLISE

Comité de expertos de la OMS en biología de los vectores y lucha antivectorial. *Resistencia de los vectores y reservorios de enfermedades a los plaguicidas*. Serie de Informes Técnicos 737. Organización Mundial de la Salud, Ginebra, 1986.

Justifica uma resenha desse informe, a grande diferença que se nota entre ele e os anteriores. Pela primeira vez vemos questionada, numa publicação da OMS, as provas de suscetibilidade a inseticidas, por ela patrocinadas. Isso começa na primeira página e logo na segunda, aparece a seguinte solicitação: "Pedi-se ao Comitê que examine se as provas de suscetibilidade feitas no campo, podem orientar a utilização de inseticidas nos programas de luta contra vetores".

Lembra, também, que é difícil separar os efeitos da resistência dos de outros fatores, como deficiências operacionais, mudanças no ambiente etc e diz que não é raro a resistência servir de bode expiatório para falhas na luta contra vetores. Em nosso meio a resistência não tem muito prestígio, mas é comum atribuir-se à transmissão extradomiciliar da malária resultados pouco satisfatórios decorrentes de borrifações malfeitas.

Muito útil, para nós, é a informação sobre a resistência cruzada entre o DDT e os piretróides. Isso porque alguns serviços de saúde estão usando piretróides, aliás, sem nenhuma necessidade.

Quando se quer eliminar uma doença, não há por que fazer economia. Numa área da União Soviética, onde havia resistência ao DDT, foi feita nebulização térmica com diclorvós, aplicação aérea a ultrabaixo volume com fenitrotiom e borrifação interna e externa das casas com malatiom. Essa aplicação de inseticida na parte externa das casas, para nós, seria muito útil, pois, nas casas dedetizadas é comum o encontro de grande número de *Anopheles darlingi* pousados nas paredes externas. O Informe reconhece a utilidade desse efeito irritante do DDT e cita um caso, na Índia, em que ele tem sido útil, mesmo sendo o anofelino local resistente ao DDT.

Para terminar, transcrevemos uma recomendação de muita utilidade para nós, pois não há a menor necessidade de serem feitas as duas dedetizações, atualmente, executadas nas áreas malarígenas. "Limitar o controle químico às estações do ano em que a transmissão da doença atinge os níveis mais elevados."

Em suma, estamos diante de um novo tipo de informe, mais aberto e mais de acordo com o que pensam as pessoas que conhecem o serviço no campo.

Mario B. Aragão
Escola Nacional de Saúde Pública